

GOVERNAR DESDE O BERÇÁRIO: MIRADAS INTERSECCIONAIS SOBRE OS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Anamaria Ladeira Pereira

Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, anamariatudojunto@gmail.com;

Camila Santos Pereira

Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, fycamila@gmail.com;

Fernando Pocahy

Doutor do Curso de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, fernando.pocahy@gmail.com.

Resumo

A partir de experiências docentes em turmas de bebês, produzimos reflexões acerca das relações de gênero cotidianas na primeira etapa da educação infantil. Destacamos, primeiramente, os discursos regulatórios e interpelantes da heterossexualidade e da cisgeneridade compulsórias, por meio de vivências, observações e uma pesquisa bibliográfica centrada nos estudos feministas, pós-críticos e decoloniais. Nessa perspectiva, o conceito de governamentalidade possibilita mapear as práticas do cotidiano e suas (re)produções nas relações de poder da nossa sociedade. Ressaltamos, ainda, que a divisão binária e cisonormativa, por exemplo, entre roupas, brinquedos, cores, comportamentos “de meninos” e “de meninas”, inclusive com bebês, é atravessada por outros marcadores sociais como classe e raça. Dessa forma, desde uma leitura interseccional,

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

encontramos, na rotina escolar, em seus esquemas pedagógicos e artefatos culturais, dispositivos de manutenção das normas de gênero e(m) sexualidade e branquitude.

Palavras-chave: Berçário, Educação Infantil, Gênero, Docência, Governamentalidade.

Composições dissidentes: um começo de conversa

Este relato busca des(a)fiar práticas de governo engendradas no trabalho de professoras da Educação Infantil. A partir de experiências docentes relatamos nossas vidas em afirmação a uma ético-política-e-estética da/e na diferença. Assumimos que este trabalho de relatar a si mesmas busca ampliar os regimes de enunciação dos saberes-fazeres docentes nos/com os cotidianos escolares, declinando a qualquer tentativa salvacionista ou de um dizer de verdade. Situar nossas narrativas aqui é fundamental, pois elas foram produzidas em intersecções próprias às múltiplas (dis)posições de sujeito que ocupamos, desde/e com os marcadores sociais que nos compõem e correspondem a lutas, a uma agonística da existência-profissional. Além disso, se articularam em planos contexto-dependentes (MEYER, 2014), nos quais nossas marcas e (dis)posições se atualizam e/ou potencializam. Apoiamo-nos em Judith Butler (2005) quando sugere relatar a si mesma/o como outra forma de “aprender” algo da experiência, marcando oposição às ideias de narrativas ajustadas aos discursos de saber normativos que intentam captar a experiência humana, a partir de referenciais epistemológicos hetero/sexistas. Através desse posicionamento – narrar a si mesma/o – encontramos a possibilidade de expandir os meios de problematização sobre as formas de governo dos/as outros/as, inquirindo as pedagogias postas em funcionamento nos contextos escolares. Um questionamento sobre modos de governar (ou tentativas de) se expressa com força, aqui. Nosso propósito é acompanhar movimentos que indicam tanto as vontades de dominação, quanto práticas de liberdade – onde a vida possa ser vivida em condições de menor dominação possível.

O principal objetivo deste trabalho consiste em evidenciar a presença de mulheres docentes de sexualidades dissidentes em salas de aula com crianças pequenas, interpelando a invisibilidade que recai sobre elas e os meios cotidianos que intentam posicioná-las como sujeitas à tutela e ao controle. O questionamento que nos conduz sustenta-se na necessidade de interrogar as normas que operam sobre os corpos, sobre posições de sujeito marcadas pelo gênero, pela sexualidade. Nossa experimentação é autorreflexiva, assumindo que somos consideradas desviantes do ideal “professorinhas”. Interessa-nos a singularidade das múltiplas experiências vividas nos cotidianos, sempre

plurais, diversos e abertos à significação, ainda que muitas operações de governamentalidade intentem reduzir a experiência docente ou destituir as marcas de gênero, raça e sexualidade que a definem.

Através da narrativa de situações que vivenciamos como professoras de crianças e, simultaneamente, como mulheres distantes das amarras da suposta “normalidade”, apresentamos os atravessamentos dos marcadores sociais de sexualidade, raça e gênero nas práticas normativas do espaço escolar e da formação docente. Assim como as conversas produzidas no grupo de pesquisa geni - estudos de gênero e sexualidade, também permeiam os rumos das reflexões que seguem. Utilizamos, portanto, perspectivas interseccionais para identificar as lógicas racistas e heterocisnormativas² (re)produzidas nesse *espaçotempo*, apoiadas pelo conceito, desenvolvido pelo feminismo negro, da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019). Com base nesse referencial, as práticas de normalização e disciplina que violentam e silenciam nossas existências rizomáticas serão descritas e analisadas, a partir de um recorte teórico do campo das pesquisas pós-críticas em educação (SILVA, 2003).

Compreendemos a escola como um espaço de produção e circulação de enunciados sobre gênero e sexualidade. A partir de suas múltiplas pedagogias afirmam-se e validam-se práticas sexuais e identidades heterocisnormativas, rechaçando e/ou ignorando outras possibilidades, como se não existissem. Nesse enredo complexo e articulado com as mais diversas instâncias que circundam nossas vidas, tratamos de explanar técnicas que excluem do convívio escolar as sapatões, bichas pretas, bissexuais, travestis, pessoas transexuais, entre tantas outras identidades, privando-as de prosseguir com sua escolarização. Apesar de a escola ser compreendida como uma instituição que, constitucionalmente, busca a gestão democrática e a igualdade de condições para o acesso e permanência (BRASIL, 1996), violências racistas e heterocisnormativas promovem a expulsão de inúmeras crianças e jovens, produzem sofrimento em muitas trabalhadoras e trabalhadores da educação. Desse modo, optamos por narrar

2 A heterocisnormatividade consiste na manutenção de privilégios dirigidos a pessoas heterossexuais, pois esta é vista como a única forma válida de vivenciar a sexualidade, além de privilégios a pessoas supostamente consideradas coerentes ao sistema corpo-gênero (anátomo-gendradas), como afirma Viviane Vergueiro (2014) citada por Dumaresq (2016, s/p).

experiências da etapa do Berçário, em especial, por ser ocupada por pessoas em seus primeiros meses e anos de vida, vistas como incapazes de discernir o mundo à sua volta. No entanto, como relatamos a seguir, nunca é cedo demais para sentir no corpo as consequências das interpelações racistas e de gênero que são inscritas na pele, por meio de práticas das instituições educacionais e dos sujeitos que nelas operam.

Nesta proposta, observamos como o modo de conduzir as condutas, de operar sobre elas para obter determinadas ações, incitando a um governo de si e dos outros (CAMOZZATO; COSTA, 2013, p.26) pode ser interpretado em experiências singulares que muitas vezes passam despercebidas nesse ambiente. Não podemos deixar de salientar o fato de que as educadoras de crianças são vistas, desde sempre, como seres supostamente imaculados que devem manter como uma das maiores preocupações de sua existência os cuidados com sua “aparência feminina”, o que já era cobrado há dois séculos: “sua profissionalização não podia se chocar com a sua feminilidade” (LOURO, 2009, p.446). Ao mesmo tempo, manter-se “recatada” (bela e do lar também, se possível) parece ser a única atitude aceitável socialmente, até os dias de hoje, em sua função. O fato de se casar com um homem e dedicar-se à maternidade, além de ao trabalho como “tia”, igualmente são vistas como ações bastante aconselháveis para quem abraçou essa profissão. Para balançar esses pilares, aparentemente muito sólidos, investimos nas nossas narrativas, almejando tensionar modelos impostos, que insistem em vigiar e governar não apenas nossos corpos, mas também os corpos de toda e qualquer pessoa que não corresponda aos parâmetros da branquitude heterocisnormativa perpetuados pelos currículos, instituições, colegas de trabalho, família, igrejas, mídia, Estado.

Governamentalidade e resistência

Intelectuais de diferentes campos trabalham com o conceito de governamentalidade de Michel Foucault para interrogar políticas, instituições, relações, o Estado contemporâneo, entre outros dispositivos. Para análise das relações cotidianas da escola, podemos compreender o conceito como uma forma de ação do poder que permeia as condutas das outras pessoas e de si. “O elo semântico entre governo (gouverner) e modos de pensamento (mentalité) indica que não é possível

estudar as tecnologias de poder sem uma análise da racionalidade política que as sustenta” (LEMKE, 2017, p.195). Sendo assim, compreendemos que toda e qualquer prática no ambiente escolar está imbricada de precedentes políticos, tecnologias de poder e, portanto, de governamentalidade. Além disso, Foucault enfatiza a importância dos processos de subjetivação dos sujeitos, ou seja, “as relações que cada sujeito pode estabelecer e suas reações diante de determinados jogos de verdade” (POCAHY; DORNELLES, 2010, p.127), para as análises das relações de poder e para uma analítica ético-estético-política dos modos como nos constituímos como sujeitos (in)viáveis e (im)possíveis para nossa época e lugar. A aceitação de uma realidade universal é examinada nas nuances do dia a dia, nos comentários e perguntas aparentemente banais, mas carregadas de verdades naturalizadas, ali onde se pronunciam corpos-desejos-afetos interpelados a um jogo de verdade e a correspondente norma que instala.

Desafiamos as matrizes históricas segregadoras e normativas, quando assumimos ou trabalhamos, nas lacunas dos planos de aula, as histórias das múltiplas possibilidades de ser, em contraposição com os modelos hegemônicos dominantes. Do lado de dentro dos muros da escola, essa não é uma trilha fácil de percorrer. A falta de apoio e engajamento das instituições de ensino e colegas de trabalho ou a precarização das políticas públicas prejudicam a articulação potente no interior desses espaços para abordar temas que enriqueceriam muito o trabalho, por trazer a vida para dentro da escola. Talvez o receio de abordar temas que vêm sendo demonizados por representantes de religiões e governantes, desejosos de retomar os maiores retrocessos, atrapalhe significativamente.

Nesse sentido, a importância de nomear e situar as corporeidades naturalizadas e impostas como “normais” tem um lugar de destaque na construção histórica de resistência contra “projetos coloniais branco-europeus racistas e cristão-supremacistas – que frequentemente exterminam ou marginalizam essas diversidades corporais e de identidades de gênero” (SIMAKAWA, 2015, p.47). Denominar é uma forma de combater a lógica predominante de classificar apenas quem vivencia sexualidades e identidades de gênero inconformes com os padrões assombrados por normas, impregnadas em nossa sociedade. Poucas décadas atrás, a homossexualidade não era intitulada, posto que era um acontecimento visto como natural e inquestionável uma pessoa ter relações afetivo-sexuais apenas e tão somente com o gênero

oposto. Desde tempos imemoriais, a norma “remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que serão denominados a partir dessa referência”. (LOURO, 2019, p.18).

No entanto, os estudos feministas e do movimento queer tensionam a representação da mulher como inferior ao homem e as sexualidades dissidentes como desviantes e menos válidas do que o padrão considerado normal. Ao longo das participações acadêmicas e sociais, os movimentos negros, queer e feministas lésbicos contestam a objetificação de suas identidades. Com isso, a branquitude, a heterossexualidade, a cisgeneridade passam a ocupar um espaço, mesmo que ainda modesto, nas discussões no meio acadêmico e político. Como resultado de estudos e vivências, tecemos os pequenos, porém significativos, novos passos provocados por docentes que sentem, no cotidiano, as implicações dessas problemáticas sociais.

Tem machismo no berçário?

Importante sublinhar que somos autoras e autor

com engajamentos diferentes no tema, embora compartilhando a experiência comum de problematizar a relação entre pesquisar e habitar um território existencial. O desafio foi o de manter no texto a especificidade de cada um dos engajamentos sem comprometer nossa aposta comum. Por isso optamos por não respeitar a regra acadêmica de uniformização da pessoa da narrativa. Ora escrevemos no uníssono de nossa mesma abordagem do problema, ora guardamos a singularidade da experiência de um[a] de nós. (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p.132)

Isto posto, seguimos:

Passar vinte e cinco horas semanais com vários bebês de sete meses a um ano e meio pode ser uma experiência permeada por diversas atribulações. Há os banhos de sol e de banheira e as fraldas para trocar, levando em consideração que o cuidar e o educar são duas faces da mesma moeda. Há as horas dos lanches e comidas, com bebês em cadeirões. Não deixa de haver bem forte a vontade de entender o que querem dizer com cada choro e cada riso e de mostrar-lhes novidades.

Além disso, como educadoras, também há o desejo de manter-nos capazes de aprender novas linguagens e reaprender antigas, direcionando nossos olhares para onde crianças, um pouco mais velhas que recém-nascidas, miram e permitir-nos admirar com elas o voo de um minúsculo inseto, o som de um avião ao fundo, o calor de um raio de sol que entra pela janela, de repente. Podemos, de fato, nos surpreender ao encarar as simplicidades da vida como se fossem mágicas, num constante baile, cujos passos precedem quedas, visto que vêm de pés que são ambulantes estreias. Trabalhar num berçário é consumir-se entre berros de dor e saudade e sono e vontade de colo, além de risos, aparentemente sem sentido, porém, o que é ser bebê, senão um corpo destinado a sentir cada possibilidade de toque e de cheiro e de gosto, deixando-se levar pelas sensações disponíveis, descobrindo o mundo em inúmeras e sucessivas primeiras vezes?

As maiores dificuldades, para uma professora sem experiência com educação infantil, antes dessa, envolviam o cuidado, a higiene e a alimentação, que pareciam operações bastante complicadas, levando em consideração a quantidade de bebês e suas demandas específicas. Contudo, o convívio imposto pela múltipla-docência, logo revelou-se, mais do que todos os outros, um desafio intransponível. Impressionante a quantidade de frases sexistas ditas a seres humanos recém-chegados ao mundo. As outras professoras, com as quais o cuidado e a educação da turma eram divididos, “formavam casai-zinhos” entre os bebês, obviamente todos eles compostos por um menino e uma menina. São nesses “detalhes infinitamente acumulados” (FOUCAULT, 1988. p. 22) que os discursos sobre a sexualidade não se calam e se fazem presentes. Se uma bebê insistia para brincar com um bebê, que não estava interessado, havia, incompreensíveis motivos para muitos risos por parte das outras docentes, pois afirmavam que esta seria “a sofredora correndo atrás de homem no futuro”. Quando era o contrário que ocorria, um bebê insistindo para brincar com uma bebê, diziam que “era um paquerador nato, danadinho, esse sim sabia o que queria”. Tais absurdos retratos da nossa realidade extremamente machista sendo vomitados dentro de um berçário, por aquelas que deveriam trabalhar para desconstruí-los, parecia algo inadmissível. Por isso, o olhar minucioso sobre essas ações torna-se necessário, “é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida

a uns e outros” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Era nítido que as crianças, por menos idade que tivessem, compreendiam realmente o que era dito e, mesmo que compreendessem bem pouquinho, deviam ser poupadas desse bombardeio violento de machismo.

As professoras, além disso, repetiam incessantemente o quanto as desagradava ter de vestir uma das bebês “com roupas de menino”. Era uma bebezinha que havia herdado camisas, shorts, meias e uma toalha, do irmão um pouco mais velho. Ela tinha apenas dez meses. Segundo as demais educadoras, as vestimentas que usava não podiam lhes pertencer, porque ela era menina e a toalha de banho, especialmente, com a qual mais implicavam, tinha a estampa de um personagem que elas pensavam que devia ser querido apenas pelo público infantil masculino. De modo que avaliavam como um erro a família não comprar para ela utensílios que reforçassem o seu gênero, em vez de permitir que usasse coisas que talvez a fizessem pensar que era um menino. Os comentários curtos e desumanizantes farão parte de um passado sinistro, em que “veremos atribuir o sexo à nascença como brutal” (PRECIADO, 2020).

Notadamente, as questões raciais nesse berçário eram, da mesma forma, bastante controversas, pois em vez de práticas antirracistas, o que se via era o racismo mais asqueroso, porém velado e por isso mesmo mais insidioso e difícil de atacar. Muitas vezes se manifestavam silenciosamente: as crianças negras ficavam menos tempo no colo, recebiam menos sorrisos e carinho e não tinham seu progresso aplaudido de forma similar ao das brancas, as únicas a serem chamadas de bonitas, lindas, príncipes e princesas. As negras e não brancas, em geral, quando muito, ouviam que eram “espertas”, o que tampouco ocorria com frequência. Tais violências cotidianas tornaram verdadeiramente adoecedora a partilha de tempo e espaço com docentes que reproduziam essas atitudes, pesando sobre bebês os estragos de nossa sociedade, como se tais bigornas fossem plumas bem levinhas. Ainda por cima, adoravam reafirmar, com uma frequência espantosa, sua heterossexualidade e sua identidade de gênero, reagindo como se estivessem ameaçadas por uma sombra maligna que pudesse derrubar suas certezas mal empilhadas como cubos de plástico coloridos. Que fique nítido que “identidade está ligada a sistemas de representação e tem estreitas conexões com relações de poder (...) O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque a nossa própria identidade”. (SILVA, 2000, p.97).

Para ser “mulher de verdade”, algo que acreditavam existir, precisavam performar a feminilidade imposta pela sociedade machista e pela mídia, e é claro que não podiam evitar falar quase o tempo inteiro sobre homens. Isso não constituiria um problema alheio, evidentemente, se não se somasse aos ataques a toda e qualquer manifestação de reproche a esse comportamento. Mesmo que tal manifestação não ocorresse por meio de palavras, mas com a simples existência de modos de ser e de estar no mundo diferentes. Sentiam-se visivelmente agredidas com a presença de uma mulher que, mesmo sendo mulher, não estava disposta a padecer dessa “feminilidade” toda, só queria ser livre desses grilhões e que isso não incomodasse ninguém a ponto de reagirem com ridicularizações públicas ou veladas. No curto período de tempo que foi possível suportar trabalhar nesse ambiente, fui a única professora que, como a bebê que herdara roupas do irmãozinho, ousei não performar os padrões que a heterocisnormatividade determina para uma “professorinha”. Apesar de, nessa época, estar em um relacionamento afetivo-sexual considerado “normal”, o que era de conhecimento de todas, isso não me impedia que me tivessem como um péssimo exemplo para as crianças da creche, posto que eu escolhia me vestir de forma inadequada e também tinha um comportamento denunciado como “masculino”. Ou seja, comportamentos que seriam plenamente aceitáveis, sendo eu um homem; como não o era, precisava me redimir e ser “boazinha”.

Escolhi continuar a mesma, ou melhor, mudei, é lógico, porque estou disposta a diversas metamorfoses e acredito que a gente para de mudar apenas quando morre. Mas mudei para algo que elas considerariam muitíssimo pior, se ainda tivessem qualquer notícia sobre meu paradeiro. E agora uma charada, que quem trabalha com crianças adora fazer charadas: o que é, o que é, que a gente poupa quando perde? Resposta: poupamos a nossa paz de espírito ao perder contato com quem quer nos obrigar a ser quem jamais seremos.

Considerações finais que vislumbram novos começos

As constatações e questionamentos que nos cercam, enquanto docentes de sexualidade dissidente, traduzem os nossos olhares para práticas do cotidiano que de inofensivas nada têm. Mesmo com bebês, as distinções de gênero e raciais já se fazem presentes e discriminatórias. Nossas observações retratam um meio em que não apenas o corpo

discente precisa enfrentar as amarras normativas e universalizantes de uma forma de ser/estar no mundo, mas também o corpo docente. Sendo assim, convidamos para exercitar, constantemente, um contundente olhar para as cobranças maquiadas de perguntas inocentes ou para as ditas piadas que estão a serviço da manutenção de lugares de inferiorização. Podemos, assim, quem sabe, possibilitar um espaço de conhecimento em que as liberdades para se movimentar sejam o menos possível governadas por parâmetros excludentes. Afinal, não seriam as escolas lugares para florescer novas ideias e instigar a imaginação para que se possa ocupar outras possibilidades de existir na sociedade?

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 15 maio. 2020.

BUTLER, Judith. *Le récit de soi*. Paris: Editions PUF, 2005.

CAMOZZATO, Viviane Castro; COSTA, Marisa Vorraber. Vontade de pedagogia – pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. *Cadernos de Educação da UFPel*, n. 44, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2737>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica, de Thomas Lemke. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 194-213, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/137508/133168>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOURO, Guacira Lopes. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 09-42.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In: História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.). São Paulo: Contexto, 2009.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Org.) Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação*. 2ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 49-64.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. *Instrumento-Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18689> Acesso em: 15 maio. 2020.

PRECIADO, Paul B. Paul B. Preciado: “Um dia veremos atribuir o sexo à nascença como brutal”. Tradução Sara Wagner York. Disponível em: <https://medium.com/@sarawagneryork/paul-b-preciado-um-dia-veremos-atribuir-o-sexo-%C3%A0-nascen%C3%A7a-como-brutal-f0b7f0f78d86> Acesso em: 31 jul. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T. T. (Org.) Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMAKAWA, V. V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 243 f. Dissertação (Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685> Acesso em: 15 maio. 2020.